

Contribuição dos egressos da escola Milton Santos para a promoção da agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Paraná

Contribution of graduates of the Milton Santos School for the promotion of agroecology and development of agrarian reform settlements in Paraná

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-033>

Nilciney Toná

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em Agroecologia pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Mestrado Profissional da UEM. Membro da coordenação da Escola Milton Santos de Agroecologia em Maringá, Paraná

José Ozinaldo Alves de Sena

Doutor em Agronomia ESALQ/USP/University of Tübingen. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Os assentamentos de reforma agrária no Paraná tem sido espaço de ação dos movimentos sociais populares, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para repensar o modelo de desenvolvimento do campo. Esforço que resultará na busca de acompanhamento técnico adequado e contínuo para os assentamentos. Para isto demanda formação técnica em Agroecologia para jovens assentados, implementando cursos técnicos formais e estruturando Escolas de Formação em Agroecologia, dentre elas a Escola Milton Santos (EMS), desde 2002, localizada em Maringá - PR. Esta Escola tem desenvolvido formação em parcerias com diversas instituições, formando quatro turmas nos Cursos Técnicos em Agroecologia, sendo os educandos oriundos de diversos assentamentos e regiões do estado. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a contribuição (impactos) dos egressos da EMS para promoção da Agroecologia e desenvolvimento em assentamentos no Paraná. Evidenciou-se que a maioria dos egressos mantém vínculo e têm contribuído objetiva e subjetivamente com o desenvolvimento diferenciado do modelo produtivo do agronegócio para os assentamentos, através de ações educativas, organizativas e produtivas para consumo e renda das famílias. Os limites identificados na efetivação da proposta de desenvolvimento dos

movimentos sociais não dizem respeito apenas à formação oferecida nos cursos, mas principalmente as contradições que envolvem os assentamentos e disputa de modelos de desenvolvimento nesses territórios. Entretanto, tais limites apontam possibilidades e desafios para qualificar as práticas técnicas, educativas e organizativas da Escola Milton Santos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo, Agroecologia, Formação em Agroecologia, Assentamentos Rurais.

ABSTRACT

The agrarian reform settlements in Paraná have been a space of action for popular social movements, especially the Landless Rural Workers Movement (MST), to rethink the model of development in the countryside. This effort will result in the search for adequate and continuous technical support for the settlements. For this, it demands technical training in Agro-ecology for young settlers, implementing formal technical courses and structuring Agro-ecology Training Schools, among them the Milton Santos School (EMS), since 2002, located in Maringá - PR. This school has developed training in partnership with several institutions, graduating four classes in Agroecology Technical Courses, with students from several settlements and regions of the state. This research aimed to evaluate the contribution (impacts) of EMS graduates to the promotion of Agroecology and development in settlements in Paraná. Most of the graduates have contributed objectively and subjectively to the differentiated development of the agribusiness productive model in the settlements, through educational, organizational and productive actions for the consumption and income of the families. The limits identified in the effectiveness of the development proposal of the social movements are not only related to the training offered in the courses, but mainly to the contradictions involving the settlements and the dispute over development models in these territories. However, such limits point to

possibilities and challenges to qualify the technical, educational and organizational practices of the Milton Santos School.

Keywords: Rural Social Movements, Agroecology, Agroecology Training, Rural Settlements.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade tem vivenciado nos últimos cinco séculos o modo capitalista de produção como forma predominante de organizar a produção e reprodução social. O Brasil se constituiu dentro da dinâmica do capitalismo nascente, e sofreu com o colonialismo implementado nos países do hemisfério sul, que se apoderou de riquezas naturais e produção agrícola.

A busca de maior produção e eficiência com objetivo de lucro fez com que a agricultura passasse por várias revoluções tecnológicas, desde a mecanização (fins do século XIX) até a propriedade genética atual. (GRIFFIN, 2004, p. 19). Nessa busca, o agronegócio se estruturou recentemente como a forma da organização capitalista no campo no Brasil.

Os assentamentos de reforma agrária tem sido espaço de ação dos movimentos sociais populares no seu esforço de repensar o modelo de desenvolvimento para o campo, em especial para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, principal movimento de luta por Reforma Agrária no país e no estado, e que organiza famílias em muitos assentamentos no Paraná.

Desde final da década de 1990 este movimento estuda as consequências do modelo produtivo químico-industrial ou “convencional”, percebidas inclusive nas áreas de assentamentos. Um marco histórico foi o IV Congresso Nacional do MST em 2000, no qual se define pelo esforço de construção de novas bases para o desenvolvimento no campo, sintetizadas num programa de construção da “Reforma Agrária Popular”, o Programa Agrário. Este programa tem a Agroecologia como componente fundamental.

A partir de então, constatada a importância das famílias assentadas como base social principal deste movimento, os assentamentos são desafiados a uma ressignificação no processo de luta por Reforma Agrária. Diversas iniciativas são desenvolvidas, desde o debate com sua base social até experiências de produção em base agroecológica.

Esse esforço resultará na busca de garantir para os assentamentos de reforma agrária um acompanhamento técnico adequado a estes objetivos e de modo não esporádico e descontínuo. Considerando ainda a necessidade e possibilidade de escolarização da juventude do campo, e de que a formação técnica na área agrária no Brasil tradicionalmente tem formado para o modelo predominante (neste momento o modelo do agronegócio), o MST demandará às instituições públicas esta formação, com perspectiva de que os egressos incidissem nos processos de desenvolvimento dos assentamentos.

Com o desafio da formação técnica em Agroecologia, além de cursos técnicos formais de diferentes modalidades, foram estruturados Escolas/Centros de Formação em Agroecologia no Paraná e outros estados do país, dentre as quais a Escola Milton Santos - EMS.

A Escola Milton Santos é, portanto, um centro de educação em Agroecologia e desenvolvimento sustentável, de iniciativa dos movimentos sociais populares do campo. Esta localiza-se na zona industrial do município de Maringá, onde funciona desde junho de 2002, em área que se encontrava abandonada, concedida pela Prefeitura Municipal de Maringá, com objetivo de estimular o desenvolvimento comunitário e cultural, o desenvolvimento agrícola, a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo atividades de educação, capacitação e pesquisa.

Vinculada ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITEPA, desde 2007 passou a ser legalmente representada pela Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos – ATEMIS, composta por pequenos agricultores, camponeses, educadores e educandos do campo do Estado do Paraná, e outros estados, e que se constituiu para possibilitar o cumprimento de seus objetivos.

Desde 2003, a EMS ofereceu e concluiu quatro turmas de cursos técnicos em Agroecologia, especificamente voltados para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, através do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA. A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR inicialmente, e o Instituto Federal do Paraná – IFPR posteriormente, foram parceiros da EMS, tendo também a responsabilidade de certificação destes cursos, com 79 estudantes egressos no total.

Atualmente a Escola desenvolve os cursos de Pedagogia para Educadores/as do Campo, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá – UEM, Curso de Educação de Jovens e Adultos - Fase II, em parceria com a Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE e iniciou a quinta turma do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, em parceria com o IFPR.

Além disso, tem desenvolvido uma série de atividades informais de capacitação de divulgação e estímulo da promoção da Agroecologia nos assentamentos e comunidades camponesas e no seu entorno, sobretudo nos municípios de Paiçandu e Maringá.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de estudo de caso sobre a formação desenvolvida pela Escola Milton Santos e seus possíveis impactos na promoção da Agroecologia nos assentamentos, por intermédio das ações de seus egressos nos assentamentos de reforma agrária. De acordo com Yin (2005, apud HOELLER, 2006),

[...] o estudo de caso consiste em uma investigação de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, visando uma análise do contexto e dos processos envolvidos no estudo. O sujeito não está isolado de seu contexto (como nas pesquisas de laboratório), já que o objetivo é investigar a relação sujeito-contexto. Embora os métodos de coleta de dados mais comuns em um estudo de caso sejam a observação e as entrevistas, nenhum método pode ser descartado. Os métodos de coleta de informações são escolhidos de acordo com o objetivo do trabalho. (p. 55).

O trabalho é também descritivo, de base predominantemente qualitativa e quantitativa. Como afirmam Moreira e Caleffe (2006), a pesquisa qualitativa “[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é freqüentemente verbal e coletado pela observação, descrição e gravação” (p. 73). Foi desenvolvida uma sistematização da teoria e da prática e uma reflexão sobre elas. Utilizou-se diversas ferramentas metodológicas para a investigação, como questionário de levantamento de dados, entrevistas semi-estruturadas, observações *in loco* e pesquisa documental.

Na pesquisa documental, foram caracterizados os cursos, buscando seus projetos pedagógicos e metodológicos, projetos oficiais/formais, relatórios de etapas e outros registros nos documentos de memória.

Sobre a EMS, buscou-se descrever seu histórico, as principais atividades que desenvolve, forma de organização e método pedagógico. Subsidiou essa pesquisa documental seu projeto pedagógico, regimento interno, projetos para captação de recursos, dossiês, registros sobre a organização do trabalho nos setores, relatórios de seminários internos, fotos, mapas, dentre outros.

Nas observações realizadas, buscou-se considerar as condições físicas e a prática pedagógica da EMS, a organização dos/as trabalhadores e trabalhadoras voluntários/as da Escola, a relação desta com os educandos egressos, com os coletivos do MST e instituições parceiras. Procuramos observar, também, o trabalho relacionado mais diretamente com a Agroecologia na área da Escola. As observações ajudaram a complementar a descrição da EMS e refletir sobre seus limites, potencialidades e desafios.

A pesquisa documental sobre estudantes egressos e suas atividades pós-cursos permitiu elaborar uma sistematização inicial sobre quem foram os estudantes e os locais de origem ao virem para os cursos. O passo seguinte foi buscar os dados sobre as atividades desenvolvidas pelos egressos.

Concluíram os cursos de Agroecologia na EMS 79 estudantes, em quatro turmas com modalidades, períodos de duração e contexto diferentes dentro da trajetória da Escola, contudo, semelhantes no método pedagógico. São elas: turma I – “Karl Marx”; turma II – “Vladimir Lênin”; turma III – Haydée Santamaría; turma IV – “Carlos Marighella”.

Foram entrevistados/as estudantes egressos dos cursos, adotando um critério qualitativo para escolha da amostra. As entrevistas foram direcionadas para educandos egressos de acordo com a diversidade de locais e ações desenvolvidas após a conclusão dos cursos, conforme apontado pelo quadro anteriormente mencionado. Como critério complementar, definiu-se por contemplar estudantes de cada uma das quatro turmas formadas na EMS. Baseados simultaneamente nesses critérios, propusemos o número de entrevistados de 8 (oito) egressos, distribuídos conforme segue: turma I: 2 educandos; turma II: 1 educando; turma III: 1 educando; turma IV: 4 educandos. Estas entrevistas tiveram questões para identificar as iniciativas de promoção em Agroecologia e, ainda, questões sobre de que modo a formação

contribuiu e que limites se percebe para o desenvolvimento de seu trabalho. O roteiro dessas entrevistas se encontra no ANEXO II.

2 O CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO

Ao contrário dos autores que defendem que não existe mais uma questão agrária no Brasil¹, os índices de concentração de terra e de renda no campo, a existência dos movimentos sociais populares, luta por reforma agrária ainda presente e os conflitos sociais dela decorrentes, apontam em sentido oposto. Trataremos brevemente das questões relativas ao modelo de desenvolvimento adotado no campo, que passa a fazer parte da questão agrária no país.

Para entendermos as proposições e ações dos movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária e a formação como parte das iniciativas de organização dos assentamentos, é importante tratarmos brevemente sobre a dinâmica do campo no Brasil ao longo de sua história.

Durante os últimos cinco séculos a humanidade passou a vivenciar predominantemente o modo capitalista de produção, como forma principal de organizar a produção e como solução para as necessidades das pessoas. Este modo de produção teve sua evolução econômica iniciando-se com o capitalismo comercial, especialmente na Europa, e com o colonialismo implementado nos países do hemisfério sul se apoderou de riquezas naturais e produção agrícola (STÉDILE, 2004, p. 7).

O território posteriormente denominado Brasil vai se constituir, desde sua origem, no contexto da dinâmica de formação da sociedade capitalista nascente em nível mundial, na qual os resultados da exploração das chamadas “grandes navegações” teve papel na acumulação primitiva de capital.

O país nasce na dinâmica capitalista mundial em formação, inclusive como um “negócio” desde a origem. Instala-se aqui o que Prado Júnior (1998) denomina de “feitoria comercial”, ou colônia de exploração, e não uma “colônia de povoamento”, como ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo. A colonização brasileira se configura numa vasta empresa comercial,

[...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto (PRADO JUNIOR, 1988, p. 22-23).

Contudo, a inserção do país nesta dinâmica capitalista internacional e, sobretudo, as formas de organização interna das relações sociais de produção foram contraditórias e não tipicamente capitalistas. O que suscitou amplo debate sobre a questão agrária na história do Brasil.

¹ Neste sentido, ver, por exemplo, obras de Lopes e Neves (2005) e Zylbrestajn e Machado Filho (2002), considerados representantes do paradigma do capitalismo agrário.

Conforme Lima (2011, p. 37), ao longo do tempo a classe dominante, representante do capital, tem investindo e implementado no campo novas tecnologias, portanto, novas forças produtivas, parcialmente como resposta a suas necessidades, prioritariamente para garantir a produção de lucro e a acumulação de capital.

Observando os mais de quinhentos anos de colonização, formação da sociedade brasileira e ocupação do território, tivemos três grandes modelos econômicos, variações de formas particulares de organização da produção de mercadorias, sob a égide do modo capitalista de produção, que obviamente tiveram repercussões na agricultura (OLIVEIRA; STÉDILE, 2006). O primeiro período é denominado de Agroexportador (de 1500 até o final do século XIX); o período seguinte de modelo de Industrialização Dependente (a partir de 1930); e o modelo agrícola iniciado no período neoliberal dos anos 1990, o agronegócio.

Neste primeiro período, a grande propriedade rural, com os cultivos de monoculturas desencadeou outro processo: o trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 1998). O capitalismo colonizador organizou uma forma particular de produzir dentro das fazendas, chamadas “*plantations*”, baseadas nas grandes extensões de terra, monocultivo especializado, venda para o mercado externo e trabalho escravizado.

As consequências desse processo, imbricando grande concentração da terra e exploração do trabalho escravizado, persistem até a atualidade. O latifúndio ali fincava suas raízes, e esta construção social que surge desde a origem da dinâmica de colonização, deixará marcas na formação econômica e sociocultural do país.

Stédile (2000, p. 5) aponta que a palavra latifúndio “[...] vem do latim, ‘*latifundiu*’, e era utilizada já na Roma Antiga, para caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário”. Mas entenderemos aqui esta categoria além do conceito referente ao termo. Ainda segundo esse autor: “[...] são todas as grandes propriedades privadas de terras que existem em nosso país, que por se apropriar de um bem da natureza, cerca, impõe um falso conceito de direito absoluto de propriedade e subjuga apenas à vontade do seu proprietário legal.” (p. 8).

Medeiros (2012) afirma que essas grandes propriedades passaram a ser denominadas latifúndios, em especial por seus críticos, e o termo assumiu ao longo do tempo um caráter eminentemente político.

O latifúndio firma suas raízes na origem da colonização e estendeu sua força por mais de 400 anos no Brasil. As marcas da oligarquia rural, classe dominante durante o modelo Agroexportador, permanecem ainda nos períodos que se seguiram.

3 AÇÃO DOS EGRESSOS DA EMS: ALCANCES, LIMITES E DESAFIOS

Compreendendo o contexto da luta de classes no campo, a proposta para os assentamentos de reforma agrária e o desafio de construção da Agroecologia, em que a formação parece ter um papel

importante, caberá neste capítulo discutir o alcance da ação dos egressos nos assentamentos, identificar possíveis limites, possibilidades e desafios que daí emergem.

Entre os anos de 2003 e 2012 foram realizados os quatro cursos técnicos em Agroecologia na Escola Milton Santos, em diferentes modalidades, descritas anteriormente. Cada curso/turma teve características muito próprias, desde o número de educandos, momento em que acontecem, relações estabelecidas, dentre muitas outras. Entretanto, compreendemos que as semelhanças, de contextos de origem dos educandos e do método pedagógico assumido nos cursos, são preponderantes.

Do total de 79 educandos das quatro turmas concluídas, as mulheres representaram 22% enquanto os homens representaram 78%, revelando que, apesar de um relevante trabalho de mudança nas relações de gênero desenvolvido pelo MST nos assentamentos, este tipo de formação profissionalizante e posterior atuação na produção agropecuária ainda é vista como uma tarefa predominantemente masculina.

Não foi apurada a média de idade em cada turma, o que variou conforme a modalidade do curso. Afirma-se, pela observação e acompanhamento, que a maioria absoluta foi de jovens, a partir dos 14 anos de idade.

3.1 OS LOCAIS DE ORIGEM DOS EDUCANDOS EGRESSOS

Começamos aqui por sistematizar as informações de origem dos educandos egressos dos cursos técnicos em Agroecologia da Escola Milton Santos. Alguns dados obtidos em pesquisa documental, questionários e entrevistas podem ser visualizados.

Conforme a divisão geográfico-organizativa do MST (ANEXO V) identificamos cinco regiões de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia (considerando Norte Novo e Norte Pioneiro como única região: Norte), oriundos de 19 brigadas de 500 famílias e 29 municípios representados, onde se localizavam assentamentos e/ou acampamentos no período de início de cada turma. Apresentamos as regiões e municípios de origem no Quadro 7.

Quadro 7. Regiões e municípios de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

REGIÕES	MUNICÍPIOS
NOROESTE	Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Cruzeiro do Sul, Terra Rica
NORTE	Arapongas, Ortigueira, Congoinhas, Faxinal, Londrina
CENTRO OESTE	Manoel Ribas, Jardim Alegre, Palmital, Peabiru, Boa Ventura de São Roque
OESTE	Mariluz, Santa Tereza do Oeste
SUL	São João do Triunfo, Bituruna, Teixeira Soares

Fonte: Arquivos da EMS; organizado pelo autor.

A Escola teve a presença mais significativa numericamente de educandos do Norte, Noroeste e Centro Oeste, regiões mais próximas geograficamente. Possivelmente, isso confirma as expectativas da regionalização da localização dos Centros/Escolas de Formação que, pelo raio de proximidade com os territórios da reforma agrária, facilitou o deslocamento para as etapas do curso, pela semelhança das

condições edafoclimáticas serem semelhantes para o desenvolvimento de sistemas produtivos em base agroecológica. Contudo, notou-se ainda uma boa representatividade dos assentamentos de outras regiões do estado.

Na primeira turma os educandos vieram somente das regiões Norte, Noroeste e Centro Oeste. A partir da segunda, houve representação do Sul e Oeste, considerando os educandos que vieram de Mariluz, que posteriormente passou a integrar a região Oeste.

A totalidade dos educandos egressos destes cursos é oriunda do Paraná, das áreas de reforma agrária, conforme critério do próprio programa financiador (PRONERA). Constata-se também um esforço de articulação dos movimentos sociais, particularmente do MST, para demanda e indicação de pessoas para esses processos de formação de diversos locais do estado. Muito embora, no aspecto quantitativo, a mobilização possa ter sido insuficiente, visto que o início das turmas não se deu com o número completo de educandos esperado.

O Quadro 8 sistematiza as regiões de origem dos educandos dos cursos técnicos em cada turma.

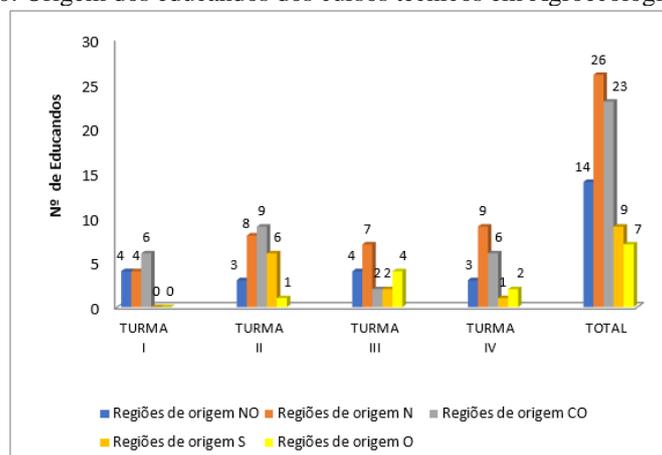
Quadro 8: Origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

Regiões de origem	Número de educandos por turma				TOTAL por região
	Turma I	Turma II	Turma III	Turma IV	
Noroeste	4	3	4	3	14
Norte	2	8	7	9	26
Centro Oeste	6	9	2	6	23
Sul	--	6	2	1	9
Oeste	--	1	4	2	7
TOTAL (por turma)	12	27	19	21	79

Fonte: Arquivos da EMS; organizado pelo autor.

Essa representatividade e diversidade de locais são importantes, pois, como veremos, parte dos educandos retornaram para suas comunidades e regiões de origem, abrangendo diversos assentamentos, nos quais contribuíram com ações diversas de desenvolvimento e promoção da Agroecologia. Temos uma visualização gráfica da origem dos educandos na Figura 10.

Figura 10. Origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.



Fonte: Dados do Quadro 8.

3.2 PERMANÊNCIA, VÍNCULO E CONTRIBUIÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

Para organizar os dados sobre o percurso, isto é, o possível vínculo e contribuição em atividades desenvolvidas pelos educandos após o término dos cursos, foi realizado um levantamento de dados com os egressos dos cursos técnicos.

O levantamento de dados dos educandos teve como intenção fazer um inventário do percurso e atividades. Entretanto, foram recebidos apenas aproximadamente 23% dos formulários do total de egressos. A partir daí os dados foram complementados por entrevistas com lideranças regionais e estaduais que acompanharam e/ou acompanham as ações dos egressos, restando, contudo, uma percentagem de egressos sobre os quais não se tinha informação confiável.

Esses dados sobre os percursos pessoais buscam apontar se está sendo atendida a expectativa dos movimentos sociais e instituições parceiras, de permanência dos jovens no campo e sua ação nos assentamentos, particularmente na promoção da Agroecologia, a partir da formação recebida.

A partir daí, os dados da trajetória dos egressos foram organizados em três categorias. Na **categoria CC** estão os que contribuíram por um período em atividades coletivas diversas (como veremos a diante), porém relacionadas com o desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo, e na promoção da Agroecologia em particular. A **categoria CI** diz respeito aos egressos que contribuíram em atividades internas dos assentamentos e/ou na sua própria unidade familiar. A **categoria NC** se refere aos egressos que não desenvolveram direta e efetivamente alguma atividade nos assentamentos e tampouco permaneceram em suas unidades familiares.

Esses dados apontaram que, considerando o total de egressos das quatro turmas de cursos técnicos em Agroecologia da Escola Milton Santos, quase 56% se incluem na condição de terem desenvolvido atividades relacionadas com o desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo e na promoção da Agroecologia.

Outros aproximadamente 18% estão na categoria das atividades internas aos assentamentos e/ou na sua própria unidade familiar camponesa (“lote”). Na terceira categoria, daqueles/as que não desenvolveram efetivamente alguma atividade nos assentamentos e tampouco permaneceram em suas unidades familiares, o percentual é 16,5%. Tivemos ainda cerca de 10% sobre quais não obtivemos informações. Estas informações estão organizadas no Quadro 9.

Quadro 9. Contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Categorias	Número de egressos	% de egressos
Categoria CC – Contribuíram em atividades coletivas nos assentamentos	44	55,70
Categoria CI – Contribuíram em atividades internas nos assentamentos	14	17,72
Categoria NC – Não contribuíram efetivamente nos assentamentos	13	16,46
Sem informações	8	10,13
TOTAL	79	100%

Fonte: Dados de pesquisa de campo; organizado pelo autor.

Para além do direito à educação para os sujeitos do campo, um dos objetivos dos cursos técnicos, a necessidade da formação orientada para a atuação técnico-organizativa-educativa nos assentamentos resultou em cursos formais de caráter profissionalizante.

Como anteriormente mencionado, os cursos acontecem em parceria, mas decorrem do esforço dos movimentos sociais para sua concretização, desde a conquista do PRONERA, que viabilizou parte dos recursos, a busca das parcerias, a estruturação e manutenção dos Centros/Escolas de Formação (como a EMS), a demanda por turmas específicas e o acompanhamento dos educandos durante os cursos.

Essa condição cria uma expectativa de um retorno coletivo a partir do desafio pessoal do estudo, que embora não seja, sabidamente, uma relação direta e mecânica, leva esses movimentos a questionarem-se constantemente sobre a efetividade deste retorno. Esta possibilidade se inicia com a contribuição/participação dos egressos em atividades coletivas relacionadas ao desenvolvimento dos assentamentos ou, ao menos, nas atividades desenvolvidas nas unidades familiares.

Analisando o Quadro 9 chega-se, se levadas em conta as categorias CC e CI somadas, a um percentual superior a 73% (73,42%) de egressos que mantiveram e/ou mantêm vínculos diretos com os assentamentos de reforma agrária e neles desenvolveram atividades coletivas e/ou em suas unidades familiares. Portanto, a maioria dos/as egressos correspondeu e/ou correspondem, deste ponto de vista, às expectativas dos movimentos sociais, e contribuíram para uma nova forma de desenvolvimento nesses territórios.

Lideranças do MST já demonstravam, em entrevista, antes de confirmados estes dados, percepção empírica dessa provável contribuição.

Mas no geral tem uma parte que a gente vê e circula nos assentamentos, que foi embora, tá trabalhando em outros espaços, mas tem uma grande quantidade, não tenho hoje esses dados, mas provavelmente em termos de 60, 70%, que estão nos assentamentos e de uma forma ou outra estão contribuindo nessa vivência, [...] (entrevista com J. C. P.).

Os resultados da contribuição (até o momento) dos egressos em atividades coletivas diversas relacionadas com o desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo e na promoção da Agroecologia em particular, ou em atividades internas dos assentamentos e/ou na sua própria unidade familiar podem ser considerados como quantitativamente bastante significativos, ainda mais ao se considerar diversos fatores adversos a essa permanência e contribuição.

Primeiramente, diversos educandos/as viviam, nesse período (da formação e pós-curso), numa condição transitória, de acampados ou pré-assentados, e sua permanência com vínculos com os processos de luta por Reforma Agrária podem demonstrar persistência e identidade com os movimentos sociais populares e suas orientações políticas.

Outro aspecto é que os egressos alcançam uma habilitação formal como técnico, correspondente ao técnico em agropecuária, e o apelo corrente na sociedade capitalista seria a busca da venda de sua força qualificada no mercado de trabalho.

Internamente ou vinculados em ações coletivas, não há garantias de vínculo formal de atuação como técnicos em convênios e projetos que atendam os assentamentos. O depoimento de uma liderança regional é revelador neste sentido.

Mas também é relevante dizer que os formados da EMS estiveram presentes nos momentos mais críticos (ausência de ajuda de custo para sua sustentação básica, ausência de estrutura, falta de orientação do coletivo, ausência de convênios) se mantiveram no propósito (entrevista com S. M. O. S. E.).

Um terceiro aspecto a considerar são as dificuldades de desenvolvimento das tarefas coletivas a partir da linha política do MST, nem sempre aceitas por parte das famílias assentadas, e a necessidade de organização dos assentamentos (como veremos adiante), que podem ser desestímulos a ação dos egressos no desenvolvimento dos assentamentos.

Mesmo para os/as jovens que residem com suas famílias, por vezes não encontram espaços, condições e apoio para desenvolver novas práticas com base na Agroecologia ou obter autonomia financeira a partir do trabalho no lote dos assentamentos. Pode haver, portanto, desestímulos à permanência da juventude, decorrentes de conflitos intergeracionais, somados ao parco apoio governamental e as disputas e pressões que o modelo hegemônico do agronegócio impõe a esses territórios.

Considere-se ainda que dificilmente um processo de formação – o que vale para quaisquer outros cursos profissionalizantes – atinge totalmente seus objetivos. As lideranças têm essa percepção, relatada em uma das entrevistas:

[...] claro que talvez o que se esperava é que 100% deles tivessem. A gente às vezes tem uma visão um pouco crítica em relação a isso, principalmente por parte das famílias, mas acho que tem vários que se inseriram, e que isso já é um passo bastante importante (entrevista com J. C. P.).

Mesmo os egressos que não têm mais vínculo direto com os assentamentos de reforma agrária, e inclusive não residam mais no campo, podem, pela formação oferecida, propagandear e demonstrar uma referência positiva da organização e luta pela reforma agrária e os princípios agroecológicos em quaisquer outros espaços da sociedade. Este fato não deixa de ser um resultado positivo do processo de formação vivenciado.

Temos contato com algumas pessoas através de redes sociais que estão fora, mas dá pra ver que a orientação e a defesa da reforma agrária continuam, eles continuam fazendo isso. Então mesmo que, de repente, não ta nem na atividade agrícola, estão morando na cidade alguns (são poucos casos que moram em espaços urbanos), mas tem essa formação, que é a formação da consciência do ser humano, como parte da classe (trabalhadora), e acho que isso também é importante (entrevista com J. C. P.).

Vejamos agora as variações nas turmas. O Quadro 10 mostra a contribuição, por turma, dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Quadro 10. Percentagem, por turma, de contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Categorias	Turma I*	Turma II	Turma III	Turma IV
Categoria CC – Contribuíram em atividades coletivas nos assentamentos	63,64	48,15	57,89	61,90
Categoria CI – Contribuíram em atividades internas nos assentamentos	9,09	18,52	15,79	23,81
Categoria NC – Não contribuíram efetivamente nos assentamentos	27,27	25,93	10,53	4,76
Sem informações	--	7,41	15,79	9,52

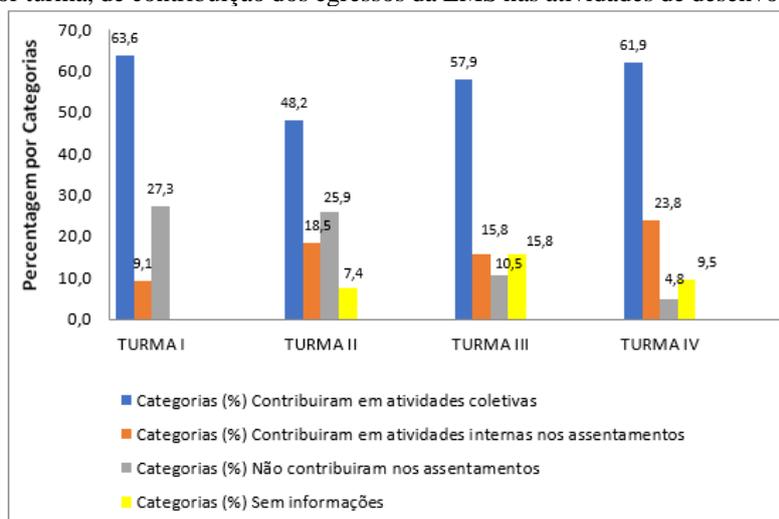
Fonte: Dados de pesquisa de campo; organizado pelo autor.

*Nota: um egresso da Turma I é falecido, portanto os cálculos consideram o total de 11 egressos para esta turma.

Verifica-se que todas as turmas tiveram percentual próximo ou superior a 50% de egressos que participaram em atividades coletivas diversas, relacionadas ao desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo e na promoção da Agroecologia em particular.

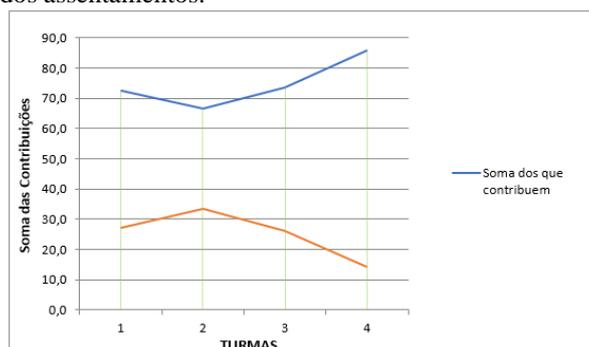
Uma visualização gráfica das categorias encontra-se na Figura 11.

Figura 11. Percentagem, por turma, de contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.



Fonte: Dados do Quadro 10.

Figura 12. Somatório, por turma, das categorias CC + CI, e NC + sem informação, relativas à contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.



Fonte: Dados do Quadro 10.

O somatório das categorias CC e CI resultam em 72,73% dos egressos da Turma I, 66,67% da Turma II, 73,68% da Turma III e 85,71% da Turma IV. A observa-se que a primeira turma teve percentagem próxima da média geral das turmas, e depois certo decréscimo na Turma II, com tendência de crescimento da segunda até a quarta turma (Figura 12).

Uma hipótese possível para este comportamento é de que esta tendência esteja relacionada com as trajetórias das turmas e as condições estruturais e pedagógicas da EMS e, ao mesmo tempo, com as condições objetivas para o desenvolvimento das atividades e a receptividade do MST a Agroecologia.

Egressos da primeira turma transpuseram grandes dificuldades estruturais referentes ao processo inicial de estruturação da EMS, e com sérias contradições no seu processo formativo. Os poucos que permaneceram até a conclusão, na sua maioria podem ter desenvolvido um compromisso diferenciado de valorização dessa conquista.

A partir da Turma II há uma aparente tendência de crescimento, possivelmente na medida do aprimoramento do método pedagógico e condições estruturais do conjunto da Escola, somada a receptividade crescente no MST pela promoção da Agroecologia, pelo menos ao nível da militância desse movimento. Esta suposição carece de mais estudo para sua confirmação.

Importante ressaltar que estes dados obtidos refletem o envolvimento ou não dos egressos até agora, num processo dinâmico que depende das condições objetivas e subjetivas desta relação dos educandos com a realidade concreta dos assentamentos em cada momento histórico.

Nós precisava nos espaços ir melhorando, ver quem são os estudantes, quais foram os compromissos que eles tiveram, não há processo fechado. Há espaço ainda pra inserção, porque são companheiros que foram estudar e não tem ninguém que é contra a Organização. Mesmo quem às vezes não ta inserido diretamente nas atividades, mas conseguiu criar esse sentimento de pertença a classe trabalhadora e a organização do Movimento (entrevista com J. C. P.).

3.3 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS EGRESSOS

Até aqui a análise da participação ou não dos egressos em atividades nos assentamentos foi basicamente quantitativa. Para identificar quais as atividades desenvolvidas pelos egressos, procedemos a um levantamento de dados e entrevistas com os educandos formados, confirmados e complementados com pesquisa documental, entrevistas com lideranças e observações a campo.

O critério para verificar as contribuições para os assentamentos foi sua relação com as proposições do Programa Agrário do MST para a Reforma Agrária Popular, que numa perspectiva ampla integra o que tem sido chamado de Projeto Popular e Soberano para a Agricultura, no qual a Agroecologia não é a totalidade, mas é tida como um dos seus pilares.

Os egressos foram, nas entrevistas, unânimes ao expressarem que todas as atividades desenvolvidas estiveram relacionadas direta ou indiretamente a Reforma Agrária e a busca de avançar na promoção da Agroecologia em suas diversas dimensões, mesmo em atividades sem ligação direta aparente, como os que atuaram em prefeituras municipais (de municípios com assentamentos).

Questionando os egressos sobre sua contribuição para o desenvolvimento dos assentamentos, expressam a percepção que desenvolveram ações que abarcam diferentes dimensões:

- Contribuiu em torno das técnicas de produção e da comercialização, gerando renda para as famílias assentadas e acampadas.

- Melhoraram a renda bruta das famílias, era um meio de aproximar as famílias e trabalhar em grupos.

- Muitas atividades desenvolvidas pelos projetos estavam relacionadas a pesquisas na área de produção e na comercialização.

- Fortalecer o trabalho realizado na certificação orgânica.

- São atividades que contribuem com o avanço de nossas áreas no sentido que, a partir da formação, as famílias podem repensar sua atuação nas comunidades onde vivem, assim como a juventude vem se perguntando a partir das Escolas da Juventude qual seu papel no campo e no desenvolvimento e construção da Reforma Agrária Popular.

- Diretamente pelo acesso a linhas de crédito, acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, estradas melhores, e aspecto de preservação ambiental.

- Resgatar e preservar as sementes que os agricultores estão perdendo.

Lideranças corroboram, expressando suas percepções sobre alguns dos resultados.

Enquanto resultado, primeiro uma maior diversidade de produção para o consumo das famílias gerando maior qualidade de vida.

Segundo, a parte excedente dos produtos começaram a ser comercializados em programas institucionais como PAA e PNAE e em algumas feiras locais.

Sem dúvida, contribuíram no processo de compreensão das famílias que é possível produzir diversidade de alimentos e ter melhor qualidade de vida, e ainda, gerar renda. E que para isso é preciso se organizar em grupo de produtores, em associações, ou em cooperativas (entrevista com A. R. M.).

As atividades listadas na sequência expressam uma análise qualitativa, ou seja, são aquelas em que houve participação de educandos/as dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS, independente de quantos deles/as se envolveram especificamente em cada ação. Entretanto, são apresentadas as ações que tiveram reconhecimento como relevantes por parte de egressos e lideranças.

3.3.1 Estímulo a promoção da Agroecologia nos assentamentos

O primeiro aspecto que se pode mencionar de contribuição é a continuidade do estímulo a promoção da Agroecologia num contexto de mudanças de perspectiva nas propostas de organização dos assentamentos que tem sido feita pelo MST nesses territórios de reforma agrária, reconhecidamente a partir dos anos 2000.

Desde então, os assentamentos são vistos como territórios em disputa permanente com os agentes do agronegócio, e a efetivação de outra proposta de desenvolvimento, compatível com as perspectivas da

agricultura de base camponesa, passa pela crítica da lógica e conseqüências da modernização capitalista no campo.

Há um conjunto de debates nesse rumo que aconteceram nos coletivos organizados a partir do MST, em instâncias decisórias da base e militância deste movimento, ou em setores que tratam das diversas dimensões da vida nos assentamentos e acampamentos. Evidencia-se que os egressos participaram destes debates, que buscam estimular continuidade e início de experiências concretas.

Estas experiências se iniciaram a partir do debate e proposição do MST, na tentativa de construir uma nova fase na organização, onde os assentamentos e as famílias assentadas cumprem uma função social e política na estratégica do movimento (entrevista com A. R. M).

Isto resulta no esforço de realização de um grande número de atividades educativas realizadas nos territórios da reforma agrária, não apenas para a crítica do modelo hegemônico, mas também as propostas para um desenvolvimento diferente para o campo.

Neste sentido, uma tarefa ainda não totalmente cumprida é o aprofundamento da compreensão dos fundamentos do Programa Agrário junto às famílias assentadas e em todos os espaços possíveis de sensibilização.

Sem entrar aqui no mérito dos seus pressupostos e eficácia, as entrevistas e levantamento de dados dos egressos relatam uma grande quantidade e diversidade de formas e intencionalidades educativas, que vão desde oficinas, palestras, encontros, dias de campo, cursos informais, intercâmbios, trocas de experiências, dentre outros.

Destaca-se o trabalho com a juventude, público que tem sido tratado, assim como as mulheres, como prioritário para o trabalho educativo de construção da Reforma Agrária Popular a partir da ressignificação dos assentamentos. A luta por Reforma Agrária, as relações, condições para permanência e os sonhos da juventude do campo tem sido motivadores de debates em cursos (“Escolas da Juventude”), encontros, mobilizações e ações de grupos de jovens. Diversos egressos têm participado e coordenado este processo local ou regionalmente.

Evidencia-se uma participação dos egressos a respeito da Reforma Agrária Popular e da Agroecologia nos processos formais de escolarização que envolve o público da reforma agrária em acampamentos e assentamentos. As informações demonstram contribuição como educadores/as nas turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, nas Escolas Itinerantes dos acampamentos e atividades eventuais nas escolas de assentamentos. Há, inclusive, educandas formadas dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS que prosseguiram sua formação ingressando no Curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo, realizado em parceria da Escola com a UEM, na perspectiva de atuação nessa dimensão nos territórios da reforma agrária.

Recentemente nota-se, uma intensificação das ações do Setor de Educação do MST, pelo número crescente de publicações de materiais e a realização de seminários temáticos e formação dos/as educadores,

trabalhando a Agroecologia nas escolas, apostando em mudanças culturais das novas gerações. O Setor de Saúde tem dado importante atenção a formação de agentes promotores de saúde, cujas atividades têm uma interface direta com a Agroecologia.

Dentre as iniciativas de estímulo destacam-se as Jornadas de Agroecologia que se converteram, provavelmente, na principal iniciativa massiva do MST nesta perspectiva (VALADÃO, 2012; BORSATO, 2011; GONÇALVES, 2008), e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade sustentável capaz de satisfazer suas necessidades fundamentais e garantir os direitos das gerações futuras.

Conforme Hadich, (2016)², desde 2002 se estabeleceu no Paraná uma ampla coalizão de movimentos sociais do campo, organizações da Agricultura Familiar e de assessoria dando início as Jornadas de Agroecologia, “[...] uma ação inédita e popular de caráter massivo, denúncia e contraponto ao agronegócio, estudo, socialização da prática e da experiência agroecológica e camponesa”.

Os quatro dias dos encontros anuais passaram a representar a síntese do processo de construção da Agroecologia e embate ao agronegócio, consolidando-se como uma escola popular e camponesa permanente, renovada ao longo de cada ano nos territórios camponeses. As Jornadas são itinerantes, acontecem em diferentes regiões do estado (HADICH, 2016) e reúnem uma média entre três a quatro mil participantes. Neste ano acontece a 15ª edição no município da Lapa – PR.

Um depoimento de uma liderança técnica regional faz alusão do papel das Jornadas, dentre outras iniciativas de promoção da Agroecologia.

Ainda não existem experiências prontas, o que existem são de transição iniciadas. Algumas famílias decidiram eliminar agrotóxicos e produzirem diversidades, outras produzem sementes crioulas; estas famílias iniciaram através de participação em Jornadas de Agroecologia, projetos de compras da produção por meios institucionais, e assistência técnica que trabalharam esta maneira de produção (entrevista com F. P. H.).

Os educandos dos cursos técnicos em Agroecologia são desafiados, ainda enquanto estudantes e após a conclusão dos cursos, a contribuir todos os anos no processo de preparação e mobilização do público participante na base; organizar sementes tradicionais (“crioulas”) e mudas para intercâmbio; organizar e participar da “Feira de Sementes e Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar e Camponesa”; e prepararem oficinas de trocas de experiências em Agroecologia.

Para além desse envolvimento, alguns egressos tiveram contribuição direta na preparação para receber a 12ª e 13ª edições da Jornada de Agroecologia que aconteceram no território da EMS (2013 e 2014, respectivamente), sobretudo na preparação dos espaços da Escola para receber as oficinas de trocas de experiências.

² Texto não paginado. Disponível em http://www.jornadaagroecologia.com.br/?page_id=1501.

3.3.2. Produção para consumo familiar e para geração de renda

Existe em andamento um conjunto de experiências de produção em base agroecológica, seja para o consumo familiar prioritariamente, seja destinada para comercialização. Muito embora ainda incipientes no contexto geral dos assentamentos, trataremos da percepção dos possíveis limites para este avanço mais adiante.

Gonçalves (2008) identificava no Paraná a produção agroecológica sendo desenvolvida em doze assentamentos e dois acampamentos. Este autor fazia uma distinção entre a abrangência dessas iniciativas.

Na ponta do processo de difusão da Agroecologia pelo MST, temos o que denominou “Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária”, que são áreas de diferentes dimensões (assentamentos e lotes) onde efetivamente os camponeses trabalham seguindo os preceitos da Agroecologia, seja em assentamentos ou em acampamentos, onde a comunidade de famílias definiu a Agroecologia como o único sistema produtivo local, participando ativamente na construção desta realidade. No total, eram seis assentamentos, com 1.441 famílias, além de um acampamento com 50 famílias (GONÇALVES, 2008, p. 251-252).

Os “Lotes Agroecológicos Isolados” são igualmente Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária, mas que ocorrem em assentamentos e acampamentos onde as familiares desenvolvem uma agropecuária baseada em sistemas produtivos mistos, isto é, existem tanto os lotes explorados por famílias que praticam a Agroecologia na unidade de produção, quanto um conjunto de lotes explorados por famílias que trabalham com sistemas de manejo convencionais, baseados no padrão técnico produtivo da “Revolução Verde” e da agricultura transgênica.

Afirma o autor que “nesses assentamentos, a realidade local é marcada pelos conflitos políticos e ideológicos entre os projetos defendidos pelo MST (a Agroecologia) e os assentados não agroecológicos, que continuam produzindo no modelo convencional. (GONÇALVES, 2008, p. 264).

Valadão (2012) identifica 21 assentamentos com a totalidade ou parte das famílias com experiências bastante diversificadas, avançadas ou em transição para produção em base agroecológica, referenciando-se em trabalhos anteriores de Negri (2005), Valadão (2005), Borsato (2007), Tardin; Moreira (2007), Gonçalves (2008), Lizarelli (2010).

O autor pondera, entretanto, que estas experiências relacionadas até então não são um levantamento exaustivo de todas as desenvolvidas por famílias assentadas no Estado do Paraná, tratando-se daquelas que alcançaram ao longo do tempo uma maior visibilidade, além de estarem organizados em grupos com o objetivo de produzir em bases agroecológicas.

Existem ainda diversas experiências realizadas isoladamente por famílias em seus lotes ou em parte deles, ou mesmo a formação de grupos de agricultores que ainda estão em uma fase inicial no processo de transição agroecológica e são pouco conhecidos do conjunto dos assentamentos. Além do mais [...], existem diversas famílias que ainda praticam uma agricultura que pode ser chamada de tradicional. Utilizando práticas anteriores ao processo de modernização da agricultura, podendo ou não utilizar técnicas convencionais nas culturas convencionais. (VALADÃO, 2012, p. 114).

Não obstante o objetivo deste trabalho não seja a atualização desses dados, e tampouco os tenhamos disponíveis no Paraná, percebe-se empiricamente e confirma-se em depoimentos de lideranças, que um dos principais avanços nos assentamentos tem sido a busca pela produção de alimentos saudáveis, ainda que prioritariamente para o consumo familiar.

[...] que nós temos experiências, principalmente nos assentamentos mais novos conseguimos, esse debate da Agroecologia, a gente é assentado num assentamento de 550 famílias aonde o que a gente vê: a produção de alimentos praticamente todas as famílias tem horta, praticamente quase todas as famílias tem um ou dois tipos de pequenos animais pra subsistência, tem essa preocupação dessa produção ao redor de casa sem agrotóxicos, mesmo aquelas que, às vezes, estão produzindo de forma convencional pra venda os outros produtos (entrevista com J. C. P.).

Os dados obtidos a campo apontam para a continuidade do esforço empreendido pelo MST, com a participação de egressos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS, para a manutenção das iniciativas e implementação de novas, estimulando a transição para Agroecologia em territórios inteiros (assentamentos e acampamentos), lotes inteiros, parte deles ou mesmo determinados sistemas de cultivos e criações – como no caso de Sistemas Agroflorestais – SAFs ou do Pastoreio Racional Voisin – PRV³ - que são coerentes com princípios da Agroecologia.

Relacionadas às iniciativas produtivas, evidenciam-se também ações no contexto da preservação e conservação ambiental, manejo ecológico de solos e águas, bioconstruções, saneamento com técnicas alternativas e energias renováveis, que contribuem para o *design* de agroecossistemas em base agroecológica.

Pela observação da atuação dos egressos, uma liderança expressa que “[...] observando um pouco da atuação, a partir das experiências conhecidas, percebe-se que de maneira geral, há um comprometimento dos egressos nos processos produtivos dos assentamentos [...]” (entrevista com C. L. H.).

4 LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ESCOLA MILTON SANTOS

Tendo verificado as possíveis incidências da formação em Agroecologia oferecida pela EMS e instituições parceiras, expressas pela ação dos egressos dos cursos técnicos, caberá problematizar os limites e possibilidades desta formação e os desafios da própria Escola.

Pretendemos elencar limites e ajustes necessários, seja no processo formativo, sejam nos aspectos diversos da EMS, coerentes com seus objetivos

Para estas discussões, os dados das entrevistas, complementadas com a observação e pesquisa documental, foram necessários, pois problematizam a realidade a partir das visões de diferentes sujeitos envolvidos no processo de formação e promoção da Agroecologia nos assentamentos.

³ O Sistema de Pastoreio Racional Voisin – PRV é um sistema de manejo intensivo, que possibilita um equilíbrio entre os três elementos: solo-pastagem-gado, onde cada elemento tem um efeito positivo sobre os outros dois.

Desde sua origem a EMS é a materialização de sonhos e esforços coletivos, pensada, reivindicada, construída e mantida pela força de trabalhadoras e trabalhadores organizados, e o amplo apoio de setores da sociedade.

Emergem, por sua vez, um conjunto de desafios para a superação de limites e projeção de possibilidades. Estes podem ser de natureza diversa.

Seus limites, bem como desafios e possibilidades são igualmente compartilhados coletivamente. As decisões sobre objetivos, método pedagógico, estratégia e principais atividades da Escola não concernem somente a sua Coordenação Político Pedagógica local. São definidas em articulação com as demandas dos movimentos sociais e sua base, nos territórios da reforma agrária.

Por isso começamos as breves reflexões que faremos, a partir dos apontamentos coletivos, de um seminário recente sobre a Escola, envolvendo os/as moradores/as (NB Milton Santos), a turma do curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo, e lideranças regionais e estaduais do MST. (EMS, 2015).

Nesse evento, resgataram-se desafios enfrentados para a implementação da Escola, que listamos:

- Luta permanente pela conquista, permanência e construção do espaço físico da EMS;
- Construir as estruturas sem recursos financeiros;
- Recuperar o solo extremamente degradado para produzir alimentos;
- Construir uma proposta pedagógica para a Escola e para os cursos;
- Fazer um curso formal em Agroecologia sem bases de outras experiências (1º curso técnico em Agroecologia do Brasil).

Após considerar acúmulos e conquistas nesses anos de atividade, foram elencados o que seriam os principais desafios para os próximos anos. Destacam-se os que consideramos os principais.

- Ajudar na construção de uma ação mais efetiva junto ao movimento social da região, sendo parte da estratégia regional da organização;

- Ajustar e fortalecer a organização e formação interna: a) avançando na Agroecologia em todas as dimensões (alimentação, produção, tratamento de resíduos, saúde...); b) construir condições para a auto-sustentação; c) avançar na pesquisa e na sistematização das experiências;

- Qualificar o método pedagógico existente no sentido da práxis e na Agroecologia (prática – teoria - prática). Avançar na construção do Diálogo de Saberes.

- Projetar coletivamente o futuro da EMS;

A partir da pesquisa realizada, alguns desses limites e desafios se confirmam, e tanto refletem na formação vivenciada nos cursos técnicos, quanto na efetividade das ações nos assentamentos.

Reiteramos que existem limites e desafios basilares, próprios da garantia básica da própria existência da EMS no território em que se encontra e para se constituir como **referência** em Agroecologia.

O primeiro desafio se refere à manutenção da Escola no território em que se localiza. Houve até hoje um esforço de construção do espaço físico, desde os edifícios - a partir de “ruínas”, sem recursos, contando com trabalho voluntário – até o restabelecimento da fertilidade do solo para todas as atividades

produtivas e de uma condição ambiental adequada para materializar princípios da Agroecologia. Como visto, não tem encontrado apoio no poder público local. Pelo contrário, desgasta-se na construção da resistência diante das pressões políticas sofridas.

Não sendo uma Escola da rede pública, também não possui uma entrada constante de recursos financeiros, e tampouco consegue fazer um planejamento efetivo, pois são eventuais as entradas. Os recursos para os cursos, advindos do PRONERA tem sido, via de regra, insuficientes e acessados com atraso. Por isso, tem que se dedicar esforço a produção interna para auto-consumo, além da articulação e busca de alimentos e outras contribuições a partir dos assentamentos.

Desafio fundamental encontra-se no âmbito organizativo. Na dinâmica interna, a rotatividade das pessoas que contribuem temporariamente na Escola leva à descontinuidade de processos produtivos e sua ligação com a formação dos cursos técnicos.

Alem disso, leva à necessidade de retomar a formação de todos/as que contribuem nas diferentes tarefas. Na relação com o MST e Via Campesina, necessita uma interface mais próxima às demandas dos territórios da reforma agrária, visto que a própria existência da Escola se deu e se sustenta por fazer parte de uma estratégia mais ampla desses sujeitos sociais, na construção de um projeto diferente para os assentamentos e o campo como todo.

O limite da formação técnica, apontado pelos egressos dos cursos técnicos, tem estado presente também em outros cursos técnicos semelhantes, e podem ter diversos determinantes, careceriam ser mais bem compreendidos, para serem sanados.

É possível que as condições do espaço físico, dos limites estruturais e descontinuidades das atividades produtivas, tenham tido influência nos processos de capacitação desenvolvidos, enquanto espaço didático-pedagógico e demonstrativo para os aprendizados dos cursos.

A Escola não tenha como perspectiva ter unidades “modelo” de produção, algo comum na perspectiva extensionista. Busca, por seu turno, ser referência dinâmica, baseada nas condições concretas disponíveis em cada espaço. Contudo, ainda não se alcançou organizar a Escola enquanto um todo orgânico inter-relacionado, um agroecossistema planejado e manejado integralmente, com suas implicações.

Outra possibilidade se refere às dificuldades que implicam a formação técnica em Agroecologia. Admitimos haver particularidade nesta formação, acrescentando-se que é realizada como parte de um método pedagógico próprio.

Se os aprendizados técnicos “práticos” foram limitados durante os cursos, são limites não apenas nos períodos de Tempo Escola, mas também de Tempos Comunidade, o que novamente implica na inserção e acompanhamento dos/as educandos nas suas bases, onde se espera que haja diversas atividades desta natureza. Considere-se ainda a amplitude, mesmo no aspecto técnico, da Agroecologia. Os cursos precisam dar os fundamentos técnico-científicos da Agroecologia, e as aplicações específicas nem sempre respondem

a ampla diversidade de sistemas de cultivos, mais simplificados ou mais complexos, existentes nos assentamentos.

Pode-se apontar como limite e desafio, ligados a estes aspectos, a desarticulação da Escola com os egressos após o término dos cursos. As entrevistas dos egressos apontaram esta expectativa, de apoio técnico (contribuir nos “trabalhos de campo”) e organizativo (contribuir como “ponte” para inserção nas atividades nos assentamentos). Esta tarefa, até o momento, não tem sido colocada como prioridade para a EMS, devido o entendimento de que seja uma responsabilidade principal das brigadas e assentamentos, somado aos limites estruturais e de trabalho que enfrenta.

No objetivo geral da última turma concluída (Turma IV – Carlos Marighella), que em grande medida reflete o acúmulo das anteriores, se expressa:

Oportunizar a formação geral e técnica em agroecologia aos educandos e educandas, com a participação direta da sociedade civil organizada, ampliando a qualificação de jovens e adultos, através da habilitação técnica e escolarização Integrada de nível médio trabalhando os conteúdos, tendo em vista o desenvolvimento dos assentamentos, acampamentos de reforma agrária e comunidades de pequenos agricultores, visando contribuir com o projeto alternativo de campo, proposto pelos sujeitos sociais coletivos na construção de um novo modo de vida referenciado na agroecologia (IFPR, 2010).

Se por um lado se acumula experiências, ao mesmo tempo ocorreram mudanças no mundo do trabalho e no perfil da juventude acampada e assentada, mudanças estruturais no campo e na sociedade no Brasil e no mundo. Assim, pode ser momento de repensar que possíveis mudanças nos objetivos e, sobretudo, na concretização dos cursos, que respondam a esta nova realidade.

A superação destes limites demandaria um passo a mais nos desafios já anteriormente apontados, agregando à Escola novas tarefas. É nesse contexto que cabe verificar possibilidades da EMS de realizar ajustes, superar limites e avançar, de acordo com seus objetivos e a materialidade que está inserida.

Verificar possibilidades não pode se tratar de fazer exercícios de futurologia, ou meramente sonhar uma Escola ideal. Implica em perceber potencialidades coerentes com as condições materiais (objetivas e subjetivas), seja diretamente da Escola, das relações estabelecidas ou do momento conjuntural e as oportunidades existentes.

Aponta-se, de antemão, agregar a possibilidade (e desafio) de se constituir como **centro irradiador** para a comunidade do entorno e para os assentamentos. Ainda que algumas condições não estejam dadas, muitos pontos poderiam se projetados neste particular, marcando como perspectiva, para que se atente para respaldar (ou não) no debate coletivo – em que se tomam as definições sobre a Escola – e ir construindo as condições necessárias.

Assumir essa tarefa passa por uma relação aprimorada com os egressos. Aproveitando as possibilidades tecnológicas atuais para manter um fluxo constante de informações entre eles e a Escola. Uma via de mão dupla poderia atualizar a EMS das atividades que estejam sendo desenvolvidas nos assentamentos e, ao mesmo tempo a Escola poderia portar interconexões para acesso a publicações diversas

e constantemente atualizadas. Atualmente há tecnologia disponível para estabelecer uma rede de conexões com estes sujeitos, possibilitando a troca de experiências entre eles em relação as demandas e aprendizados e encaminhar um processo de formação continuada.

Poderia fazer a articulação desses sujeitos com as instituições públicas, catalisando projetos de pesquisa e comunicação rural dos mais diversos, de acordo com as demandas identificadas. O desafio seria apontar caminhos, indicar referências científicas, técnicas e metodológicas.

Para além da articulação e percepções dos egressos, ser centro irradiador pode abarcar uma relação mais próxima e direta com os assentamentos de reforma agrária. Não há um banco de dados disponível sobre o conjunto de informações que dizem respeito a esses territórios. Mesmo no aspecto produtivo, e particularmente as experiências no âmbito da Agroecologia, são pouco conhecidas e sistematizadas.

Um banco de dados pode permitir a interface dos responsáveis pela organização dos assentamentos com projetos, programas e políticas públicas, e articulação de parcerias, para responder demandas concretas existentes. Esta e muitas outras possibilidades podem qualificar a formação nos cursos técnicos e impulsionar a Escola para um novo patamar de contribuição com a Reforma Agrária Popular.

Se o processo de formação desenvolvido na EMS não tem sentido em si mesmo – mas como parte da formação humana e militante ampla, que só pode acontecer na relação Escola e base do movimento social – as próprias definições das superações dos limites e o alcance das possibilidades não dizem respeito apenas a decisões e iniciativas internas, mas também ao movimento social ao qual ela (Escola) está interligada. Este é um resultante prático da concepção de que “escola é mais que escola”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos de reforma agrária representam, com suas particularidades e desafios, uma materialização das contradições presentes na questão agrária no Brasil. As proposições dos movimentos sociais tem apontado para um questionamento do modelo hegemônico de produção no campo, organizado na atualidade pelo agronegócio e incorporado a Agroecologia como uma nova temática de sua reflexão e ação.

Diante dos desafios da ação política e organização para ressignificar os assentamentos, da perspectiva da Reforma Agrária Popular, crescerão a necessidade de formação uma técnica/profissional diferenciada, e cursos técnicos formais em Agroecologia e os Centros/Escolas de Formação buscarão dar respostas.

A Escola Milton Santos é fruto de uma estratégia dos movimentos sociais populares do campo, em especial o MST. Sua construção física, pedagógica e política têm as marcas da de resistência e superação, do trabalho voluntário, da persistência e da ousadia dos trabalhadores e trabalhadoras. Apesar das dificuldades, teve resultados em seu percurso, ainda pouco avaliados.

Este trabalho avaliou a contribuição da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia e desenvolvimento em assentamentos de Reforma Agrária no Paraná através da possível ação de seus egressos.

Há uma diversidade de locais de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS. Evidenciou-se que a maioria dos egressos ou mantém, até o momento, vínculo com os territórios da reforma agrária, estando envolvidos em ações coletivas ou nas suas unidades familiares camponesas.

Com isto, têm contribuído objetiva e subjetivamente com o desenvolvimento diferenciado do modelo produtivo do agronegócio para os assentamentos, através de ações educativas, de orientação técnica, organizativas e produtivas para consumo e renda das famílias.

As atividades de formação desenvolvidas pela Escola Milton Santos foram avaliadas pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa como adequada, embora nem sempre suficiente, para uma contribuição relevante na promoção da Agroecologia nas áreas de assentamentos.

Entretanto, os limites identificados na inserção dos egressos e na efetivação da proposta de desenvolvimento dos movimentos sociais não dizem respeito somente a formação oferecida nos cursos técnicos, mas principalmente as contradições que envolvem os assentamentos e a disputa de propostas de desenvolvimento nesses territórios.

Tais limites apontam possibilidades e desafios para qualificar as práticas técnicas, educativas e organizativas da Escola Milton Santos, de forma a cumprir o papel de referência em Agroecologia e centro irradiador de conhecimentos para os assentamentos, contribuindo para construção da Reforma Agrária Popular.

O trabalho aqui apresentado é fruto do estudo e reflexões teóricas e da vivência do autor, muito próximo do objeto de estudo. E espera deixar abertas muitas possibilidades ou, mais que isto, necessidades de aprofundamento em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

- ARL, V. (org.) **Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação participativa - uma contribuição ao debate**. Caderno de Formação 01. Rede Ecovida: Curitiba, 2006.
- BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BONIM, A. A. et. al. Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida In **Movimentos Sociais no Campo**. Vários autores. Curitiba: Ed. Criar, 1987.
- BORSATTO, R. S. **Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário no litoral paranaense**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BRASIL, **Presidência da República Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25/06/2016.
- CALDART, R. S. Educação do Campo In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 259-267.
- CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. **A Agricultura Familiar e o Direito Humano à Alimentação**. Brasília, 2015.
- CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. **O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. 2013. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>. Acesso em 23/01/2016.
- CAMPOS, J. C. de. **A integração latino-americana nas escolas latino-americanas de Agroecologia da Cloc-Via Campesina no Brasil e Venezuela**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006. Disponível em <http://www.seaembu.org/docs/agroecologia2.pdf>. Acesso em 10/03/16.
- CARDOSO, C. R. **Escola Milton Santos de Agroecologia: uma Experiência de Educação em Movimento - 2002-2010**. 59 f. Monografia. (Especialização no Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2011.
- CESTILLE, J. A. **As atividades culturais na proposta educativa dos cursos técnicos de nível médio integrados do MST-PR**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. **Assentamentos rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná**. Disponível em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos Completos/Estevan Leopoldo de Freitas Coca.pdf>. Acesso em 06/11/2015.
- COLETTI, C. **Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal**. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. GT-ANPOCS. Seminário intermediário. São Paulo: USP, 2003.
- CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balanço da Questão Agrária no Brasil em 2015**. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?p=198072>. Acesso em 20/07/2016.

ESCOLA MILTON SANTOS. Projeto enviado para o Ministério da Ciência e Tecnologia, Maringá - PR, 2015. Digitado.

_____. **Seminário sobre a Escola Milton Santos**. Relatório interno. Maringá - PR, 2015. Digitado.

_____. Dossiê para o III Prêmio Odair Firmino de Cáritas Brasileira. Edição 2012. Digitado.

_____. **Histórico do Processo da Área da Escola Milton Santos**. Maringá - PR, 23 de agosto de 2007. Nota pública. Digitado.

FERREIRA, A. D. D.; SILVA, C. P.; ANTUNIASSI, M. H. **Assentamentos rurais**. Cadernos CERU. Série 2. n. 10, 1999.

FERNANDES, B. M.. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

GARDIM, V. G. **O Ensino da Agroecologia Sob um Regime de Alternância: A Escola Técnica Milton Santos do MST**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

GERMER, C. Perspectivas das Lutas Sociais Agrárias nos Anos 90. In **A Questão Agrária Hoje**. Stédile, J. P.(Coord.). Porto Alegre: Ed.. UFRGS, 1994.

GIRARDI, E. P. A atualidade da questão agrária. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **Atlas da Questão Agrária Brasileira** - Presidente Prudente, São Paulo. Agosto de 2008. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

GONÇALVES, S. **Campesinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente/SP, 2008.

GRIFFIN. Globalização da agricultura. In: VIA CAMPESINA BRASIL. A situação internacional da agricultura. Cartilha. Brasília, 2004.

GUHUR, D M. P.; LIMA, A do C; TONÁ, N; TARDIN, J. M; MADUREIRA, J. C. **As Práticas Educativas de Formação em Agroecologia da Via Campesina no Paraná**. I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. Associação Brasileira de Agroecologia, Recife, 2013. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=1157>. Acesso em 12/11/2014.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 57-64.

GUHUR, D. M. P. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

HADICH, C. **As Jornadas de Agroecologia e sua contribuição na construção do Projeto Popular**. Disponível em http://www.jornadaagroecologia.com.br/?page_id=1501. Acesso em 01/07/2016.

HOELLER, S. C. **Princípios norteadores para a estruturação de um Projeto Político Pedagógico para a formação de profissionais na área de Agroecologia**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

IFPR - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto do Curso Técnico em Agroecologia – modalidade PROEJA**. Curitiba-PR, 2010.

IN CRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de projetos de Reforma Agrária (Abril 2014)**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em novembro 2014.

IN CRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA /SR PR. **Chamada Pública de ATER Edital N.º 01/2013**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/assistencia-tecnica/parana-sr-09>. Acesso em 02/07/2016.

ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA. **Método pedagógico**. Cadernos do ITERRA, Veranópolis, ano IV, n. 9, dez. 2004.

LEFF, H. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, V.3, n.1 jan/mar. 2002.

LEITE, S. P. Assentamento rural In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 110-114.

LIMA, A. do C. **Práticas educativas em Agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana**. Maringá, UEM, 2011. Dissertação (mestrado), pp.205-215.

LIMA, A do C; GUHUR, D. M. P; TONÁ, N.; NOMA, A. K. Reflexões sobre a Educação Profissional em Agroecologia No MST: Desafios dos Cursos Técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (org.) **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para Além do Capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 191-216.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARX, Karl **O Capital: crítica da economia política**. 3ª ed. Livro 1, vol. 1. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATOS, A. V. de; TONÁ, N. Escola Milton Santos E Formação em Agroecologia. In: **MST. PEDAGOGIA DO MOVIMENTO: práticas educativas nos territórios de Reforma Agrária no Paraná** Caderno de experiências do VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná. Cascavel – PR; 02 a 04 de setembro de 2015.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **ATES Assessoria Técnica, Social e Ambiental**. Manual operacional. Brasília, 2008. Disponível em: www.incra.gov.br/media/servicos/...e.../manual_ates_2008_revisado.pdf. Acesso em 25/06/2016.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Apresentação dos Primeiros Resultados. Brasília: dez. 2010.

MOREIRA, H. C. L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais e princípios organizativos do MST**. Cartilha de estudo. São Paulo: MST, 2016. Ed. revisada e ampliada.

_____. **Como construir a Reforma Agrária em nossos assentamentos**. Caderno de estudo. São Paulo, 2015.

_____. Programa Agrário do MST. In: **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (II ENERA) – textos para estudo e debate**. Boletim da Educação n. 12. Ed. Especial. São Paulo, 2014.

_____. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST, 2000**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7692>, Acesso em: 04/04/2014.

_____. **Todo e Toda Sem Terra Estudando**. Jornada de Educação. Cartilha. MST, 2006.

_____. Caderno de Educação. n.º 13. Edição especial. **Dossiê: MST Escola**. (Documentos e Estudos 1990-2001). 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A organicidade e o planejamento**. Cartilha de estudo. Curitiba: MST, 2004.

MST; FERNANDES, B. M.. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação, n. 30. São Paulo, 1998.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **Atlas da luta pela terra**, 2006. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm. Acesso em 01 de junho de 2016.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: GIRARDI, E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2015. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2014**. 2015 – ano 16.

OLIVEIRA, A. H.; STÉDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Via Campesina (cartilha). Brasília-DF, 2006.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1997.

PEGO, Fátima Gomes. **Escola Milton Santos: vivências educativas como parte do processo de formação no MST/PR**. 63 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2008.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009, p. 85-104.

PONCE, R. ENGELMANN, S. **Brasil não tem política para agroecologia**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 06 de jun. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=729>. Acesso em: 24/11/2009.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 45ª reimpressão.

SAUER, S. Modernização do campo e a ciência. In: **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010, cap.3. p. 139-149.

STÉDILE, J. P. **Governo Lula está em dívida com MST**. Entrevista realizada em 15/08/2009. Disponível em www.mst.org.br/node/7958. Acesso em 10/11/2015.

_____. A conjuntura internacional da agricultura. In: VIA CAMPESINA BRASIL. A situação internacional da agricultura. Cartilha. Brasília, 2004.

_____. Latifúndio : o pecado agrário brasileiro. São Paulo: MST, 2000.

TARDIN, J. M. Alimentação escolar, PNAE e Agroecologia. In: **Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional**. Boletim da Educação n.º 13. MST: São Paulo, 2015.

TONÁ, N. **Elementos de Reflexão sobre o “Diálogo de Saberes” nas experiências formativas dos movimentos sociais no Paraná**. Monografia (Extensão em Teorias Pedagógicas e Produção do

Conhecimento). Escola Nacional Florestan Fernandes e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 21 fls. Guararema, 2008.

_____. A Pesquisa nos Cursos de Agroecologia e nas Escolas e Centros de Formação dos Movimentos Sociais do Campo no Paraná. In ITERRA. **II Seminário Nacional O MST e a Pesquisa**. Cadernos do Iterra, ano VII, n. 14, nov. 2007.

_____. **O trabalho como elemento formador nos cursos formais de Agroecologia do MST no Paraná**. 81 fls. [s. l.]. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento). Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e Universidade de Brasília, 2005.

VALADÃO; A. C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Sítios Visitados:

<https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msp's>. Acesso em 10/08/2016.

http://www.jornadaagroecologia.com.br/?page_id=1501. Acesso em 10/08/2016.

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 06/11/2015.

<http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 06/11/2015.

http://www.incra.gov.br/educacao_pronera. Acesso em 10/08/2016.

<http://www.mst.org.br>. Acesso em 30/05/2016.

Existem apenas duas classes sociais, a dos que não comem e a dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem.” “Por causa dessa geopolítica que se instalou proposta pelos economistas e imposta pela mídia o centro do mundo, hoje, não é o homem, é o dinheiro. Isso abriu espaço para qualquer forma de barbárie, pela qual a gente deixa morrer crianças, velhos e adultos tranquilamente.” (Milton Santos)